

FEMINISMOS, MULHERES RURAIS E TRABALHO

ARYELLA DA SILVA LEITE⁶¹

LAETICIA MEDEIROS JALIL⁶²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de sistematizar algumas contribuições da teoria feminista para o enfrentamento às desigualdades de gênero em contextos rurais, principalmente em relação ao trabalho doméstico e de cuidados. Numa abordagem metodológica qualitativa, com revisão bibliográfica de estudos feministas que apontam para a autonomia e o protagonismo das mulheres auto-organizadas e a construção de alternativas antissistêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: ruralidades; gênero; divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

This article aims to systematize some contributions of feminist theory to addressing gender inequalities in rural contexts, particularly concerning domestic and caregiving work. Using a qualitative methodological approach, it includes a literature review of feminist studies that highlight the autonomy and leadership of self-organized women and the construction of anti-systemic alternatives.

KEYWORDS: ruralities; gender; sexual division of labor.

61 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. aryella.leite@ufrpe.br

62 Professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS. Coordenadora do Núcleo Jurema Feminismos, Agroecologia e Ruralidades - UFRPE. laeticiajalil@gmail.com

Introdução

Ao falarmos de feminismos no Brasil, pensamos nas diversas influências, épocas e territórios distintos nos quais as mulheres questionam as regras sociais e lutam por mudanças nesta sociedade patriarcal, capitalista e racista, que se materializa em relações desiguais de poder econômico, cultural, social e político. A principal estratégia adotada é a auto organização coletiva como princípio de ação comum, em espaços autônomos ou mistos, como movimentos sociais, sindicatos e associações, um caminho de conquistas e avanços para a transformação desta realidade.

Desta forma, as contribuições de teóricas feministas são essenciais para a reflexão sobre a condição de vida das mulheres em sua diversidade e pluralidade. Aqui é importante destacar que mulheres são sujeitos diversos, marcados pelas desigualdades de raça, classe, identidades de gênero, sexualidade, que interferem nas dinâmicas da vida privada e pública como a violência doméstica e familiar, sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados, participação política, mercado de trabalho, dentre outros, seja nos contextos urbanos ou rurais.

Para as mulheres rurais, e aqui vamos “alargar” essa categoria, reconhecendo que são mulheres dos campos, das águas e das florestas, não estamos nos referindo a um “sujeito universal” Mulher e sim Mulheres desde suas especificidades.

Mulheres rurais então é uma categoria política e identitária, que vai além de uma prática produtiva. São mulheres que desenvolvem diversas atividades e que estão inseridas em culturas distintas. São quilombolas, indígenas, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, posseiras, sitiantes, artesãs, extrativistas, mulheres de comunidades tradicionais, professoras, raizeiras, benzedadeiras, parteiras, etc. e que vivem, sentem e reproduzem esse modo de ser a partir de seus corpos e trajetórias, da sua relação com a natureza, com a biodiversidade, suas práticas de trabalho, culturais e espirituais distintas de outras mulheres. São portadoras de saberes ancestrais e geradoras de novos conhecimentos, fundamentais para o fortalecimento do tecido social nos territórios em que vivem e, sobretudo, para a reprodução deste modo de vida específico, que também é uma forma de organização social e política que constroem outras formas de relações sociais. (Jalil et al, 2021).

As interseccionalidades que marcam as vidas dessas mulheres inter-relacionam raça, classe, gênero, sexualidade e nação. Para Collins (2016), “interseccionalidade” explica a sobreposição simultânea de múltiplas formas de opressão, considerando que as mulheres têm histórias únicas nas intersecções dos sistemas de poder. Embora em diferentes momentos sócio-históricos se amparem em formas e intensidades diferentes de opressão - podendo haver contextos em que o machismo é mais estruturante que o racismo, ou

vice-versa -, “a tese da natureza interligada da opressão permeia há tempo o pensamento feminista negro” (Collins, 2016, p. 107).

Embora reconheçamos que há especificidades em relação às mulheres urbanas, sobretudo no que se refere ao espaço de produção e as relações de trabalho, para as mulheres rurais, dos campos, das águas e das florestas, o espaço de produção e o trabalho se mesclam nos espaços domésticos e de reprodução. Essa condição é uma das características desta forma de trabalho, e que contribui fortemente para a invisibilidade e a desvalorização, pois tende a ser percebido como não trabalho, como parte das tarefas das mulheres. O ambiente de produção no entorno de casa envolve situações específicas da divisão sexual do trabalho no campo, no plantio dos próprios alimentos, cultivo de plantas medicinais, criação de animais e processamento de alimentos, relações de troca monetárias ou não.

Este artigo utiliza uma abordagem metodológica qualitativa, com a revisão bibliográfica de estudos relacionados ao tema, tais como, feminismos negro, marxista e camponês, movimentos sociais rurais, gênero e campesinato, economia feminista, divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e de cuidados, resgatando conceitos como interseccionalidade, consubstancialidade e coextensividade e caleidoscópio de gênero.

No atual estágio do capitalismo, no qual há o aprofundamento da exploração do trabalho doméstico e de cuidados e da natureza, é fundamental compreender e visibilizar a importância da auto-organização de mulheres e suas alternativas feministas, como um dos fatores que possibilita as resistências nos territórios, nos enfrentamentos às desigualdades, ao reconhecimento dos seus trabalhos dentro e fora de casa, a produção e consumo de alimentos, a construção da agroecologia e a preservação de saberes e do meio ambiente.

Contribuições feministas

As teorias e práticas feministas para o enfrentamento às desigualdades de gênero tratam de muitos aspectos, mas durante um tempo pareciam distantes das mulheres rurais, como Maria Ignez Paulilo (2004) descreve: uma concentração de coletivos urbanos, pautados por direitos reprodutivos e pelo fim da violência contra as mulheres, apesar destas questões afetarem todas as mulheres numa sociedade patriarcal (Paulilo, 2004, p. 8).

Seguindo essa lógica, ainda nos anos 70 e 80, a feminista negra Lélia Gonzalez (2020) questionava o apagamento das mulheres negras e indígenas, nas quais estão incluídas quilombolas, ribeirinhas, dentre outras de povos e comunidades tradicionais (PCTs), pelo movimento feminista hegemônico, considerando a formação multirracial e pluricultural dos países latinos. Hoje há maior visibilidade dos movimentos feminista negro e indígena

que promovem marchas, integram articulações e redes, além da ocupação de espaços de poder institucionais do executivo e legislativo, mesmo em número reduzido.

Nessa mesma época, as trabalhadoras rurais organizadas em associações, sindicatos e movimentos, também priorizavam alguns direitos que foram conquistados na Constituição Federal de 1988, numa época classificada por Andrea Zarzar (2017) como a primeira fase organizativa dessas mulheres:

A primeira fase iniciou-se no final da década de 1970 e se estendeu até o início dos anos 1990; este foi um período marcado pela luta pela redemocratização do país, pela aprovação da nova Constituição Federal, pelas lutas para efetivar os direitos conquistados e pelo surgimento da primeira experiência de movimento em rede nesse campo do movimento de mulheres do país. A segunda fase prolongou-se até o início dos anos 2000 e foi marcada pelas reformas neoliberais, pela intensificação da transnacionalização e intensificação de movimentos em rede como forma de resistência e proposição de novo modelo de agricultura. Segue-se, então, uma terceira fase quando se aprofunda o caráter anti-neoliberal, um momento de reorganização do Estado, de lutas anti-sistêmicas e de proposição de um novo modelo de agricultura agora com maior densidade e a partir do feminismo. Esta classificação dialoga com as discussões sobre a segunda onda do feminismo e suas diferentes fases, que se distinguem entre si pelo contexto em que se deram as lutas e pelo seu conteúdo propriamente dito (Zarzar, 2017, p. 78).

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR NE⁶³ foi indispensável para um debate sobre gênero nos anos 90, com reflexões sobre as consequências práticas em suas vidas, dentro e fora de casa, tais como, o trabalho doméstico e de cuidados e as desigualdades de poder dentro de organizações mistas que ainda persistem até hoje:

Nos movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar, o modelo de participação política é machista. O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. Também esses movimentos tendem a criticar os movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas (Paulilo, 2004, p. 239).

Para além das acusações de divisão da luta, os estudos de gênero foram essenciais para entender o patriarcado no sistema capitalista, principalmente com as contribuições de Joan Scott (1990) e sua definição de gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1990, p. 21).

Já nos anos 2000, de acordo com Paulilo (2021) há a consolidação do Feminismo Camponês

63 Movimento de Trabalhadoras Rurais - MMTR, fundado em 1995 na cidade de Serra Talhada, sertão de Pernambuco.

Popular com influência do feminismo marxista dos anos 70, com o reforço do conceito de classe no movimento. Para Michela Chalaça (2021) outra influência importante foi do feminismo negro com “a compreensão da diversidade étnica e cultural como uma das mais valiosas riquezas dos seus países”, dando centralidade a luta dos povos indígenas no movimento (Chalaça, 2021, p. 307).

Esta autora descreve como a teoria de Feminismo Camponês Popular surgiu diante dos acúmulos e longo diálogo entre as mulheres organizadas da América Latina e do Caribe na CLOC⁶⁴, incluindo as feministas brasileiras do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Reconhecendo que o feminismo tem trazido importantes contribuições para a luta pela libertação e dignidade das mulheres, e que existem múltiplas correntes feministas, optamos por uma nova construção política que se expressa no Feminismo Camponês e Popular, que caiba a nossa grande diversidade, que se alimente das lutas de nossas companheiras: camponesas, irmãs indígenas e afrodescendentes, que permita uma alimentação mútua das diversas cosmovisões que representamos. Desta forma, reafirmamos que o socialismo e o feminismo fazem parte do nosso horizonte estratégico de transformação. Portanto, afirmamos um feminismo camponês e popular, insubordinado, socialista, que questiona as concepções patriarcal e burguesa que são funcionais às políticas de exploração. Assim, a concepção feminista que estamos construindo a partir da CLOC/VC está fortemente ligada aos processos políticos organizativos, de formação política e de lutas concretas que mudam a vida social, econômica e política da classe trabalhadora e em particular das mulheres (Chalaça, 2021, p. 317).

Para Chalaça (2021) o Feminismo Camponês e Popular:

É o nome que as camponesas deram a sua luta, entendendo que, sendo mulheres em luta por terra, por respeito à natureza, pela agroecologia, pela soberania alimentar, pela preservação das sementes, contra os transgênicos, pelo fim da violência contra as mulheres, pela participação em iguais condições nos espaços políticos, contra o colonialismo, contra o racismo, pela igualdade social, pelo socialismo, formam uma luta feminista a partir da realidade camponesa em sua diversidade (indígena, negra, quilombola, assentada, acampada, trabalhadora rural, agricultora, quebradeira de coco, pescadoras, assalariadas rurais, extrativistas, etc.) (Chalaça, 2021, p. 407).

Assim como Gonzalez (2020) denunciava como as mulheres não brancas eram afetadas pelo racismo e machismo simultaneamente, mais adiante surgiu o conceito de interseccionalidade

64 Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo.

pela feminista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw (1991), buscando ampliar a compreensão das desigualdades com a metáfora das avenidas que se cruzam, sendo hoje em sua versão atualizada, amplamente discutido pelas feministas negras na pressão por políticas públicas. Assim, há a afirmação de que a categoria gênero isolada é insuficiente.

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionadas nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o 'tráfego' que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa muito perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho do outro fluxo contrário; em outras situações, os danos resultam de colisões simultâneas" (Crenshaw, 2002, p.177).

Daniele Kergoat (2010) também pensou classe, gênero e origem para compreender a divisão social do trabalho e as relações de produção, e mesmo se referindo às mulheres urbanas, no qual a mulher trabalha “fora”, diferente da realidade das mulheres rurais. Para isso, utiliza o conceito de consubstancialidade e coextensividade, com relações dinâmicas e interdependentes, sem hierarquias das contradições.

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p. 94).

Há também o conceito de “o caleidoscópio de gênero” com seus prismas sociais e mosaicos, proposto pelas autoras Joan Spade e Catherine Valentine (2008), no qual fazem analogia ao instrumento óptico que contém espelhos em seu interior. Para Sardenberg (2015), essa proposta de análise é uma forma eficaz de interpretar “estruturas de privilégio e opressão que se inter cruzam em diferentes níveis e se manifestam na vida cotidiana das mulheres e na construção de suas identidades” (Sardenberg, 2015, p. 4).

Mulheres Rurais e Trabalho

“O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”

Silvia Federici.

A partir dos anos 60, as feministas, principalmente as marxistas, protagonizaram os

debates sobre a exploração do trabalho das mulheres pelo sistema capitalista patriarcal, quando denunciavam que “uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (Kergoat, 2009, p. 94).

Porém, há um aprofundamento dessa forma de exploração nas décadas seguinte e alguns conceitos são retomados por autoras como Cristina Carrasco (2018) nos estudos da economia feminista, tais como: a divisão entre trabalhadores assalariados e não assalariados de Dalla Costa (1977) e o papel do trabalho doméstico na reprodução e manutenção da força de trabalho de Gardiner (1975).

O trabalho realizado nas casas se converte, assim, na ligação entre o âmbito doméstico e a produção capitalista, ligação que deve permanecer oculta para, por um lado, facilitar o espólio do trabalho não-assalariado pelo capital, por outro, tornar possíveis formas muito desiguais de distribuição de renda, da riqueza e do tempo de trabalho de acordo com o sexo/gênero, que têm diferentes consequências na vida de mulheres e homens (Carrasco, 2018, p. 42).

Para Kergoat (2011) “Tudo muda, mas tudo permanece igual”, pois ao mesmo tempo que o sistema permite o ingresso de mulheres no trabalho fora de casa, há a intensificação da divisão sexual do trabalho e da questão de classe simultaneamente:

A participação da mulher no mercado de trabalho aumenta, mas as segmentações, horizontais e verticais, entre empregos masculinos e femininos, perduram. As desigualdades de salário persistem, e as mulheres continuam a assumir o trabalho doméstico. A meu ver, no entanto, isso não representa nenhuma aporia ou contradição interna às relações sociais de sexo, mas aponta para o fato de que o capitalismo tem necessidade de uma mão-de-obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade: o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres (Kergoat, 2011, p. 94).

Para Silvia Federici (2022), a naturalização do trabalho doméstico como função exclusiva das mulheres dificulta a luta por mudanças nas relações sociais, por afastá-las da vida pública, gerar culpa e sujeitá-las a violências. Ela afirma que se “o trabalho doméstico é subordinado às necessidades do mercado de trabalho, então as relações familiares, sexuais e de gênero são “relações de produção”, ou ainda, um “trabalho de amor”” (Federici, 2022, p. 250).

Um aspecto ainda invisibilizado está relacionado ao trabalho de cuidados que envolve a gestão das emoções, ou seja, o papel de compreender, avaliar e administrar as próprias

emoções e dos outros que cuida (Hochschild, 1983 apud Herrera, 2019, p. 71). Desta forma “grande parte do trabalho que as mulheres fazem é emocional/afetivo – entretendo, animando, reconfortando e tranquilizando outras pessoas (Hochschild, 1983 apud Federici, 2022, p. 256).

O trabalho doméstico, incluindo o trabalho de cuidado e o trabalho afetivo, é extremamente segregado, realizado de uma maneira que nos separa, individualiza nossos problemas e oculta nossas necessidades e sofrimentos. Também é extremamente árduo: exige a execução de muitas atividades, em geral simultâneas, que não podem ser mecanizadas e que são realizadas principalmente por mulheres, na forma de trabalho não remunerado, muitas vezes somado a uma atividade remunerada em período integral (Federici, 2022, p. 262).

Carrasco (2018) explica como o “esquema produção-reprodução” é questionado com o passar do tempo e o seu viés patriarcal e economicista, ao considerar o primeiro como trabalho remunerado e o segundo como o trabalho não remunerado, invisível e sem fim, destinado exclusivamente às mulheres: o trabalho doméstico e de cuidados. Essa dualidade não consegue mais dar conta das relações sociais desiguais e de exploração da natureza na atualidade.

(...) na economia o denominado enfoque reprodutivo, perspectiva que leva em consideração não somente os processos produtivos, mas também as condições de reprodução de ditos processos: produz-se e se reproduz (para o mercado), produção e reprodução de mercadorias são parte de um mesmo processo. Daí que não pareça adequada a denominação “trabalho reprodutivo”. De fato, por um lado, nos lares também se produz: comida, roupa, serviços, etc., dependendo sua diversidade basicamente da quantidade e qualidade do nível de renda do lar e, por outra, certa produção de mercado e alguns serviços públicos participam da reprodução das pessoas (Carrasco, 2018, p. 44).

Pensando em contextos rurais, Paulilo (2004) também questiona a dualidade produção-reprodução como insuficiente para entender a realidade do trabalho familiar: “Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender” (Paulilo, 2004, p. 244).

A autora afirma que a separação do trabalho de homem e de mulher no campo carrega a hierarquia “pesado e leve”, como observado em pesquisas realizadas em cinco regiões do Brasil, entre os anos de 1987 e 1996.

Percebemos que a distinção entre trabalho ‘pesado’ feito pelos homens e trabalho ‘leve’ feito pelas mulheres não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido, mas ao sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho

era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse. Vemos o mesmo fenômeno se repetir quando da divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. É simples: é doméstico se é atribuição da mulher. Se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico. Se vende ovos de vez em quando, uma galinha ou outra, é tão pouco que não vale a pena teorizar sobre isso. Mesmo nos assentamentos de reforma agrária coletivos com os quais tivemos contato, onde tanta desigualdade foi questionada, ainda se diz que “os homens trabalham oito horas e as mulheres quatro, por causa do serviço de casa” (Paulilo, 2004, p. 245).

Tal realidade persiste e inclusive é reforçada por setores conservadores da sociedade, buscando manter o privilégio dos homens. “A divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural é nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de funções é o homem, assumindo e reproduzindo o papel de –chefe da família” (Jalil, 2009, p. 78).

Porém, as mulheres rurais questionam esse lugar há décadas, quando cresce um movimento de valorização do trabalho das agricultoras, principalmente com a agroecologia:

A produção agroecológica é entendida pelas mulheres em seu aspecto mais amplo. Ela é responsável por uma melhor condição de trabalho, ao eliminar da produção elementos prejudiciais à saúde, como os agrotóxicos. Mas também é um resgate de valores com a própria natureza ao contribuir para a sua preservação e, como consequência, garantir acesso a alimentos livres de veneno para os consumidores (Boni, 2017, p. 23).

A produção ocorre no entorno de casa, do “cuidado com as hortas, os pomares e os pequenos animais - pois, estes estão diretamente relacionados ao cuidado com a saúde e alimentação das famílias” (Herrera, 2019, p. 73).

Por outro lado, há também uma tendência em valorizar o trabalho realizado pelas mulheres do campo, principalmente nas atividades voltadas para a produção de alimentos, através das quais se garante a subsistência da família e a sua reprodução biológica, preservando-se, consequentemente, a biodiversidade e a natureza. Isto tem sido verificado, sobretudo, nos estudos que envolvem a agroecologia. As mulheres seriam consideradas, assim, como parte fundamental no desenvolvimento de atividades relevantes para a reprodução da família (Herrera, 2019, p. 92)

Uma das estratégias de valorização do trabalho das mulheres rurais é a Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Domésticos⁶⁵, que como o próprio nome diz, questiona a injusta divisão de tarefas entre mulheres e homens, influenciando discussões sobre o tema nas organizações e nos grupos de mulheres rurais, através de seus materiais didáticos em

⁶⁵ Iniciativa da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste lançada em 2014.

vídeo e áudio, rodas de conversas, dentre outros.

É importante destacar a metodologia feminista da Caderneta Agroecológica⁶⁶, “um instrumento político pedagógico elaborado para que, de forma simples e de fácil compreensão, seja possível mensurar, visibilizar o trabalho das agricultoras agroecológicas e, ainda, contribuir para a promoção da sua autonomia e empoderamento” (Cardoso et al, 2019, p. 10).

A Caderneta Agroecológica deve ser entendida como um recurso a ser apropriado pelas mulheres para visibilizar, valorizar e organizar o seu trabalho, sendo um instrumento de empoderamento e autonomia para elas na medida em que serve para que reconheçam sua contribuição à economia da família de forma mais ampla, rompendo a lógica patriarcal e capitalista de que são “meras ajudantes” (Cardoso et al, 2019, p. 11).

A metodologia envolve a participação em oficinas e intercâmbios entre as mulheres e as equipes técnicas das organizações as quais são assistidas, num processo colaborativo e de auto reflexão coletiva. Os resultados das anotações trazem dados sobre o autoconsumo, a doação e a troca da produção, ou seja, as relações não monetárias, além da venda dos seus produtos. Há uma variedade de alimentos, fortalecimento das relações de solidariedade com doações e trocas, e o reconhecimento do próprio trabalho e da renda gerada por ele, influenciando positivamente na segurança alimentar e nutricional⁶⁷ de suas famílias e da comunidade.

Considerações Finais

Este artigo fez um resgate de contribuições feministas para o enfrentamento das desigualdades de gênero, principalmente em relação ao trabalho das mulheres rurais, entendendo a pluralidade e a diversidade que as envolvem, além das múltiplas opressões que vivenciam. Assim como, questões sobre a divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e de cuidados e a produção agroecológica.

As influências dos Feminismos Marxista, Negro e Camponês Popular para pensar e agir contra as opressões vivenciadas pelas mulheres rurais, principalmente por meio da auto-organização em coletivos autônomos e articuladas em redes para o fortalecimento de lutas comuns na América Latina e Caribe contra o capitalismo racista patriarcal.

⁶⁶ A Caderneta Agroecológica foi criada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas.

⁶⁷ A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (SISAN, 2006).

Para as mulheres rurais, diferente da maioria das urbanas, o ambiente produtivo é a própria casa e envolve situações específicas na divisão sexual do trabalho nas suas casas, quintais e roças. Iniciativas como a Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico promovida por organizações feministas para ampliar a discussão do tema em grupos de mulheres ou coletivos mistos. Também merece destaque a metodologia feminista das Cadernetas Agroecológicas, que monitora a produção para autoconsumo, troca, doação e vendas, além de promover a autonomia durante o processo de acompanhamento.

Este artigo não tratou das implicações da auto-organização e da luta em rede na formulação de políticas públicas voltadas para a produção das mulheres rurais, como o acesso à crédito ou ATER que reconheça a hierarquia de gênero, o racismo ambiental e a insegurança alimentar vivenciadas no campo. Um dos caminhos possíveis, seria com a atuação nos Conselhos e Conferências Nacionais, atualmente retomadas pelo governo federal, sendo um deles o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

REFERÊNCIAS

BONI, Valdete. et al. Mulheres Camponesas e Agroecologia. Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo à Prática Agroecológica. Curitiba: CRV, 2017.

CARDOSO, Elisabeth. et al. Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica. Recife: FIDA, 2019.

CARRASCO, Cristina. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. Tradução: Luiza Mançano Gomes, Maria Júlia A. G. Montero. Revisão: Maria Fernanda A. G. Montero. Temáticas, Campinas, 26, (52): 31-68, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://www.sof.org.br/> Acesso em: 17/04/2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v.10, nº 1, 2002, p.171-189.

FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns. Tradução de Coletivo Sycorax — São Paulo: Elefante, 2022. 320 p.: il., color

GONZALEZ, Lélia. 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

HERRERA, Karolina. A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no

cotidiano das mulheres rurais. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204552> Acesso em 21 de abril de 2025.

JALIL, Laeticia Medeiros. et al. O Impacto da Covid-19 na Vida das Mulheres Rurais do Nordeste do Brasil. Cadernos de Agroecologia. Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia. v. 16, p. 1-13, 2021. Disponível em Vista do O IMPACTO DA COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES RURAIS DO NORDESTE DO BRASIL Acesso em 21 de abril de 2025.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antonia Malta Campos. NOVOS ESTUDOS, CEBRAP, 86, março 2010 pp. 93-103.

MORAES, Lorena. et al. Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de covid -19 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21574/13157>. Acesso em 23 de abril de 2025.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, jan./abril, 2004.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Feminismo camponês e popular e pós-modernismo. v. 29, n. 2, junho a setembro de 2021, p. 253-277. Recebido em 19 de dezembro de 2020. Aceito em 13 de abril de 2021. Disponível em <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-1>

SARDENBERG, Cecília. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p56. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125> Acesso em: 20 abr. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20(2). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em: 20 abr. 2025.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista. 2017. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco - CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife. 2017. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25468> Acesso em: 20 abr. 2025.